

A.V. R
35




Município

EMPRESA SERVIÇOS MEIOS MERCADOS PORTFOLIO NOTÍCIAS CONTACTOS

CIDADES INTELIGENTES TERRITÓRIOS EFICIENTES

Direção de Inteligência Espacial



Smartcities e Eficiência Energética

Direção de Engenharia e Infraestruturas



Água e Saneamento

Direção de Cartografia e Cadastro



Cadastro de Propriedade e Cartografia Homologável

Direção de Novos Negócios



Estratégia e Inovação

Direção Administrativa e Financeira



Eficiência e Eficácia

Relatório e Contas 2016


Município
localização é valor!





ÍNDICE		pág.
1 - ÓRGÃOS SOCIAIS		2
2 - RELATÓRIO DE GESTÃO		3
	Mensagem do Diretor Geral	
	Atividade Desenvolvida	
	Investimentos	
	Política da Qualidade	
	Certificações Técnicas	
	Recursos Humanos	
	Evolução Económico-Financeira	
	Proposta de aplicação de resultados	
3 - CONTAS DO EXERCÍCIO		57
	Balanço	
	Demonstração de Resultados por Naturezas	
	Demonstração de Resultados por Funções	
	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	
	Demonstração de Fluxos de Caixa	
4 - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		65
5 - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CLC		79

A. R
352

1 - ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Fernando do Nascimento Trigo Rep.CM Oeiras

Presidente

Arq. José Alberto de Castro Cardoso Rep.CM Oeiras

Administrador

Dr. João Pedro Brito da Silva Rep.CMVN Gola

Administrador

FISCAL ÚNICO

Dr. Joaquim dos Santos Silva

Membro Efetivo

em rep. da Diz & Associados, SROC, Lda

SROC nº 118

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2016.

2.1. MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O ano de 2016, caracterizou-se por um segundo semestre mais dinâmico, tendo para tal contribuído o arranque do projeto de cadastro de Cabo Verde, relativo ao contrato "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cabo Verde – Islands of São Vicente", assinado com o Millennium Challenge Account, no valor de 2.450.000 USD.

Este projeto foi ganho em contexto de Concurso Público Internacional, com um elevado critério técnico de seleção, tendo a Município obtido o primeiro lugar na Ilha de São Vicente, relegando multinacionais e outras empresas portuguesas para posições secundárias.

No contexto Nacional, o levantamento de cadastro de infraestruturas apresentou-se também no segundo semestre como a atividade em crescimento, com muitos concursos em fase de apreciação, mas onde se chegam a apresentar mais de uma dezena de concorrentes, em alguns concursos.

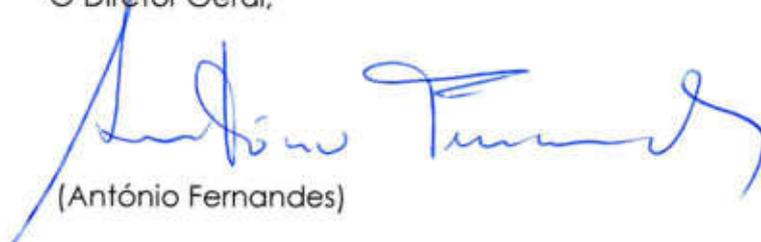
O Mercado Internacional, surge como uma consequência do trabalho realizado em Portugal, tendo as equipas da Município já demonstrado a sua qualidade em diversos países, como Cabo Verde, Marrocos, Moçambique e Timor.

A conjugação das oportunidades do mercado Nacional e Internacional, bem como uma gestão eficaz e virada para o futuro, permitiu a obtenção do terceiro ano consecutivo de resultados positivos.

Para o futuro, espera-se dar continuidade aos projetos desenvolvidos em Moçambique, procurar novos desafios em Países Lusófonos, não perdendo de vista a nossa génese Municipal e Nacional e sempre com o objetivo último da obtenção do equilíbrio financeiro da sustentabilidade da sociedade.

Oeiras, 30 de janeiro de 2017.

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

H. R.
35

2.2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

O projeto mais relevante da Direção de Cartografia e Cadastro de 2016 foi a adjudicação do projeto "Systematic Land Rights and Boundaries Clarification and Regularization in the Republic of Cape Verde" da Ilha de São Vicente. O projeto teve início em agosto e é promovido pelo MCA – CVII, Millennium Challenge Account segundo compacto. O projeto tem a duração de 14 meses e terminará no final de outubro de 2017. O objetivo é a execução do Cadastro Predial de 10.000 parcelas.



Unidade de apoio aos Cidadãos do Mindelo



Sessão de esclarecimento - Lameirão

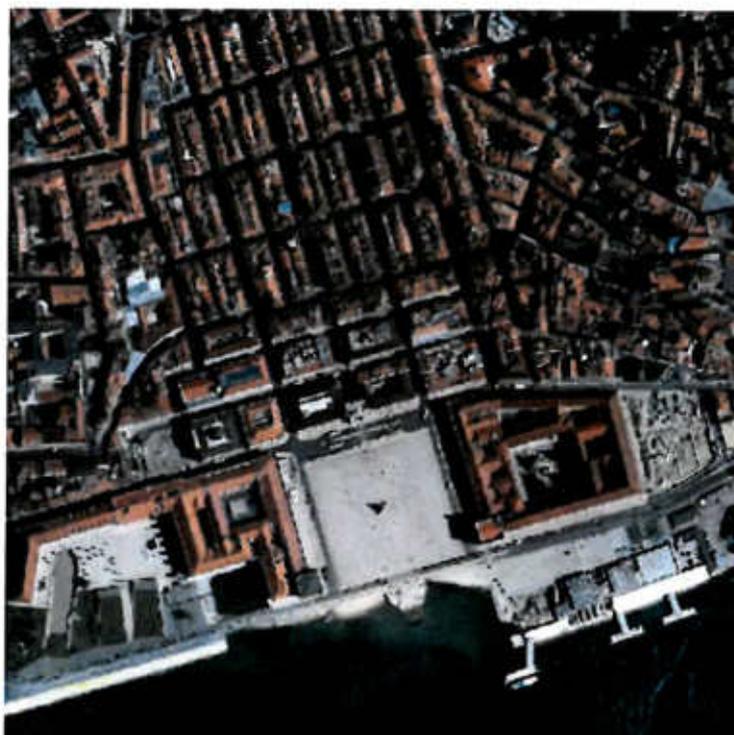
O projeto de cadastro predial em São Vicente é um projeto muito abrangente e com uma componente, jurídica, de comunicação e de topografia muito específica e de extrema importância para o sucesso do mesmo.

Outro projeto que foi um desafio para a Direção de Cartografia e Cadastro foi a produção de ortofotomapas do concelho de Lisboa, cujo início ocorreu em maio de 2016.

A. R.
3/2

A Câmara Municipal de Lisboa já tinha anulado dois projetos de produção de ortofotomapas do concelho, a outras empresas, porque as mesmas não tinham conseguido executar a cobertura aérea do concelho de Lisboa em tempo útil. É certo que a Municípia teve que desenvolver muitos esforços para o conseguir executar, mas o facto é que realizámos a cobertura aérea do concelho em maio e o trabalho de produção de ortos foi levado a cabo até ao mês de setembro.

Foi um projeto de uma importância crucial uma vez que esta base de imagens será o suporte do próximo projeto de execução de cartografia vetorial à escala 1:1.000 da CML.



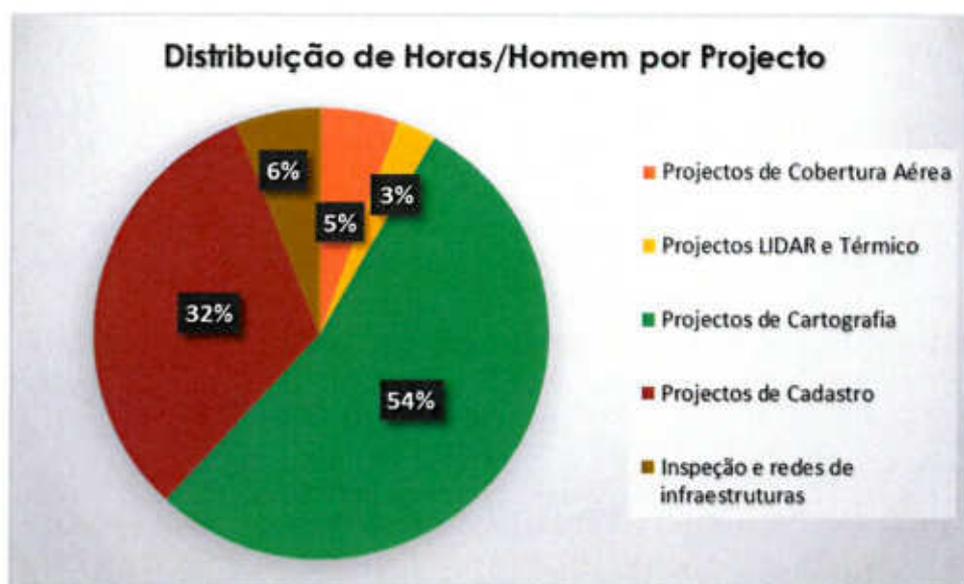
Exemplo de ortofotomapa do concelho de Lisboa

Durante o ano de 2016 foram homologados muitos projetos finalizados em 2015.

Distribuição das horas por tipologia de projeto

A distribuição das horas em função da tipologia de projetos é apresentada no seguinte esquema:

J. R.
35



A maioria das horas foi utilizada nos projetos de cartografia sendo que o cadastro começa a ter um peso significativo nas horas da Direção.

Nesta conjuntura destacam-se entre os projetos realizados os seguintes, relevantes pelo volume de negócios, pela produtividade alcançada ou pelo contributo para a introdução de novos produtos:

- Um dos projetos foi realizado em fevereiro e março e combinou o Lidar com a camera DMC, foi adjudicado pela empresa Ecorede, e o objetivo era executar uma cobertura aérea para 340km de linhas de alta tensão para a REN.
- O segundo projeto ocorreu em agosto, e consistiu num voo noturno de todo o concelho de Lisboa, juntando ao sensor lidar uma Camara Térmica de média resolução, o cliente foi a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A. R.
32



Exemplo de imagem Lidar



Exemplo de imagem Térmica

Este projeto noturno, realizado em agosto, é o único executado até ao momento em Portugal com estas características.

Continuámos em 2016 a participar num projeto piloto em Portugal da European Commission Joint Research Centre, na investigação de doenças da floresta.

A destacar também a parceria efetuada com uma empresa portuguesa que utilizou 58 horas do nosso avião para fazer retransmissões em direto de eventos desportivos em Espanha e Portugal, sabemos que para 2017 estão previstas mais 100 horas de voo.

Em 2016, a concorrência na fotografia aérea aumentou, o que fez com que tivéssemos que analisar e refazer a nossa estratégia de mercado.

As empresas que são nossas clientes continuam a trabalhar connosco essencialmente pela qualidade e rapidez com que realizamos os projetos.

Comparando, 2015 com 2016, verifica-se que houve um aumento das operações de fotografia aérea, o que se reflete na seguinte tabela.

A. R.
3/5

Relatório e Contas 2016

Ano	2015	2016	Variação %
Horas de voo	116	216	86%
Nº de missões	33	59	79%
Nº de imagens adquiridas	10.000	17.682	77%

A. R.
3/2

DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

Em 2016 a Município criou uma nova área de negócio – DEI – Direção de Engenharia e Infraestruturas – que pretende estar na linha da frente no setor de prestação de serviços nos domínios de aquisição e desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica para o sector da engenharia e infraestruturas, algo que já se tem vindo a desenvolver de uma forma projeto a projeto desde 2012. Criando esta Direção com objetivo de não só responder a solicitações provenientes de consultas públicas, mas apostando também no desenvolvimento de novos serviços com forte componente de engenharia por forma a responder com uma linha de serviços completos que inclua não só o cadastro e os sistemas de informação, mas também a componente de estudo, modelação, projeto e auditoria <<ex-post>>. Esta decisão vem no seguimento de ao longo dos últimos 4 anos se ter verificado que um grande número de entidades gestoras de sistemas de águas e saneamento e de iluminação pública, principalmente ao nível municipal e supra municipal, evidenciam uma falta de recursos técnicos e como tal necessitam de uma empresa que consiga ter uma abordagem sistemática em toda a problemática inerente aos estudos e implementação de programas de eficiência nos setores Água e Energia, que não se restrinja somente à execução do cadastro.

Ao longo de 2015 e 2016 a Município teve várias solicitações de Municípios e serviços Municipalizados para apoio no desenvolvimento de projetos na área do cadastro de infraestruturas e estudos de eficiência nos setores da água (nomeadamente para resposta a solicitações da entidade reguladora) e energética mais centrada na fatura da Iluminação Pública. Esta necessidade foi grandemente reforçada pelos vários programas de financiamento no âmbito do Portugal 2020 (POSEUR, Lisboa 2020, ALT 2020 entre outros) que canaliza até desde 2016 a 2020 um conjunto de verbas direcionadas para o domínio da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, nomeadamente, eficiência energética e a eficiência da gestão do recurso Água (redução de fugas e

J. R
3/5

eficiência energética dos equipamento). Ora nestes programas é exigido que os financiamentos solicitados para implementação de novas tecnologias e soluções técnicas e remodelações/renovações de infraestruturas tenham por base estudos suportados em informação fidedigna proveniente de cadastros rigorosos, estudos e projetos técnicos que relacionem a componente técnica e tecnológica com a componente económico-financeira dos investimentos, uma planificação detalhada da implementação das solução e um controlo/auditoria rigoroso da execução do plano com evidências de resultados efetivos de eficiência.

Em 2016 a DEI acentuou esforços no desenvolvimento comercial e técnico de expansão destes serviços dos quais resultaram contratos com várias entidades no âmbito de cadastro de redes de Água e Saneamento, implementação de soluções de gestão de cadastro de infraestruturas, projetos de cadastro e estudos de técnico para eficiência energética na Iluminação Pública. A atividade comercial foi e continuará a ser muito forte e ativa devido ao grande número de projetos financiados e aprovados o que fez crescer fortemente o mercado do cadastro das infraestruturas, nomeadamente no setor das redes de abastecimento de água e saneamento. Neste segmento em concreto e atendendo à diversidade de exigência inerente a esta temática, a Municípiã tem competido no mercado com empresas de diversos perfis que vão desde empresas congéneres em termos de atividades, a empresas do ramo de engenharia e projetos, ambiente e gestão ambiental, passando por empresas do ramo da construção civil e obras públicas.



Equipa Municípiã em várias fases de atividade de cadastro das redes de água em Castro Verde com evidência de uso de várias tecnologias

H. R
35

Em termos de execução de projetos concluídos ou iniciados em 2016, destaca-se os projetos de cadastro das redes de abastecimento de água e saneamento para os Municípios de Castro Verde, Góis e Vila Nova de Poiares, resultando em 300 km de redes de água, 50 km de redes de drenagem e mais de 200 instalações.

No âmbito da iluminação pública, foram iniciados projetos de estudos de eficiência energética em alguns municípios contando neste momento com cadastro e projetos de eficiência para recondução para *led* de mais de 5000 luminárias.

Para 2017 a Município irá dar continuidade ao desenvolvimento desta tipologia de projetos, crescendo tecnicamente e reforçando-se com parcerias estratégicas para dar resposta à grande demanda de concursos que se tem verificado.

Como estratégia esta Direção estará atenta ao desenvolvimento de um novo setor estratégico onde estão a surgir grandes projetos de investimento nomeadamente o setor de transportes, como os portos, aeroportos e ferrovia.



Equipas da Município em plena execução de cadastro de iluminação pública

DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O ano de 2016 ficou marcado por uma reestruturação profunda na orgânica da Município. A recém-criada Direção de Inteligência Espacial (DIE) resultou da fusão das Divisões de Desenvolvimento e de Informação Geográfica, abarcando as mesmas áreas de atividade anteriormente afetadas a essas divisões.

Assim, a DIE esteve envolvida, durante o ano de 2016, em projetos externos e internos, na sequência das atividades de apoio à infraestrutura tecnológica da Município que eram asseguradas pela DD.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, tiveram uma afetação de recursos que corresponde a cerca de 26% total da DIE, como se pode ver no gráfico seguinte.



Estas tarefas dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade (uebeq); em *Help Desk* às diversas unidades, em auditoria e manutenção da infraestrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Neste particular, destaca-se o apoio prestado

aos projetos de infraestruturas da DEI, quer ao nível do Help Desk quer ao nível da implementação dos Modelos de Dados e desenvolvimento de soluções.

Relativamente às atividades de Helpdesk, o sistema implementado em 2011 permite efetuar uma análise rápida destas atividades. Assim, durante o ano de 2016 foram efetuados 617 pedidos (647 em 2015, 674 em 2014, 664 em 2013 e 652 em 2012) pela plataforma.

Dentre os projetos externos, vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, podemos destacar o início do projeto de consultoria e desenvolvimento no âmbito do projeto de implementação de uma Infraestrutura de Dados Espaciais para a CIMTTM, bem como a continuação do projeto em Montemor-o-Velho e conclusão do projeto de Vila Verde. Refira-se ainda neste domínio o projeto europeu Geosmartcity, onde a Municípia participa como piloto. Das várias atividades e tarefas realizadas, destaca-se a organização de uma das reuniões de projeto e *workshop* em maio em Oeiras e a participação, durante o mês de outubro, na reunião de projeto, realizada na cidade de Chorzow na Polónia.

F.R
31

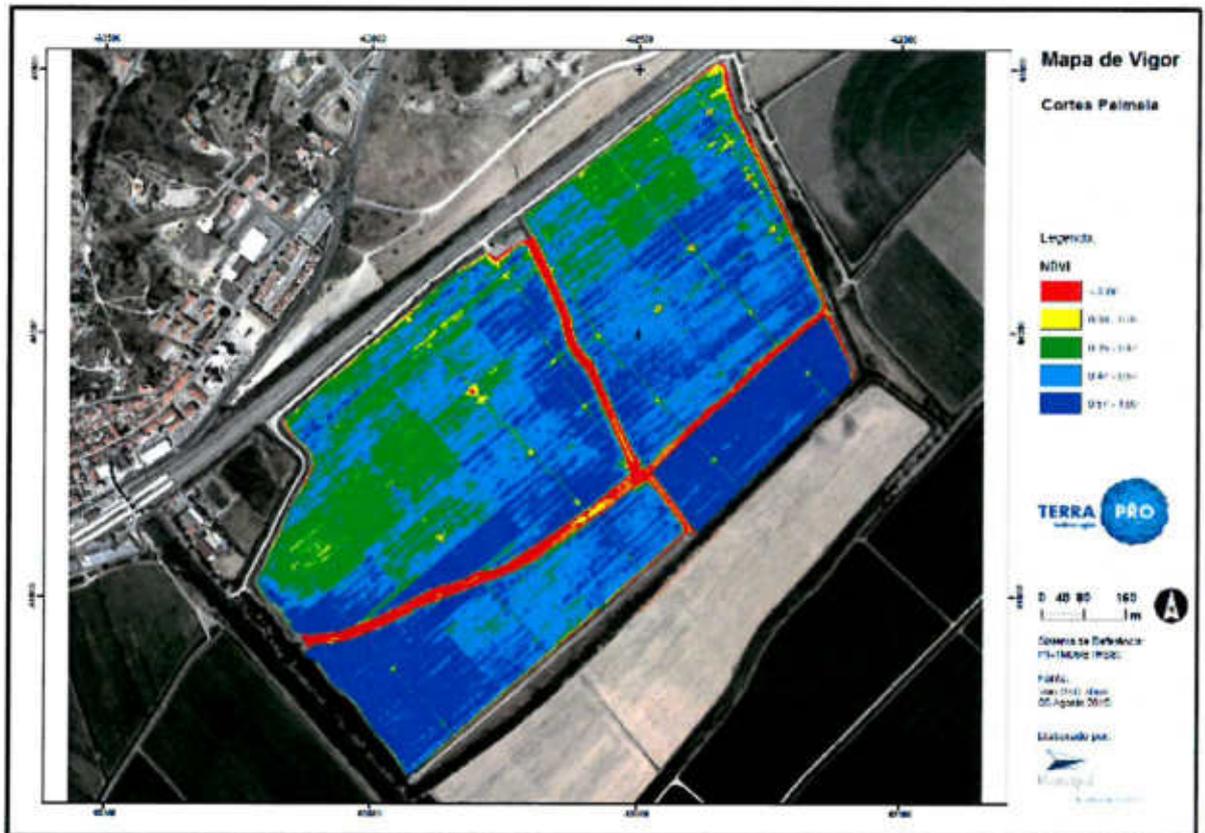


Em termos de projetos de Cadastro, o Cadastro de Timor-Leste continuou a ter enorme destaque este ano, através da continuação da manutenção e suporte à plataforma desenvolvida e no desenvolvimento de um novo Módulo de Avaliação. Mas o mais importante de destacar é o início do projeto do Cadastro de São Vicente (Cabo Verde) em que a DIE é responsável pelo desenvolvimento e manutenção da Aplicação de Gestão de Trabalho, bem como no Apoio Técnico no funcionamento do Gabinete de Atendimento existente no Mindelo.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Quanto aos projetos de Deteção Remota, em conjunto com a DCC, continuamos a suportar a atividade da empresa SOGRAPE na produção de Cartas de Vigor de Vinha e mantivemos o fornecimento de NDVI à empresa TerraPro, uma consultora na Gestão de Rega, que utilizou os nossos dados no suporte aos produtores de vinho, milho e tomate na campanha de 2016. A estes foram adicionados os projetos da Quinta do Ventozelo e Quinta da Ravasqueira, continuando a potenciar os investimentos em I&D feitos desde 2012.

76. R
35

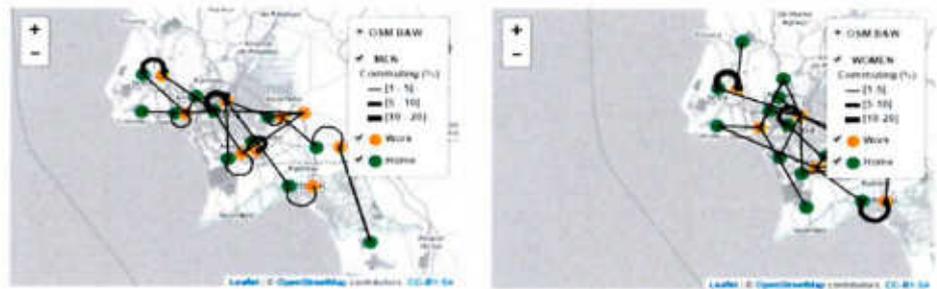


Merecem ainda destaque durante o ano de 2016 o projeto de Consultoria em Sistemas de Informação Geográfica que decorreu em Moçambique na Autoridade Nacional de Estradas, bem como o projeto GenMOB e o início do projeto MISTIC SEAS.

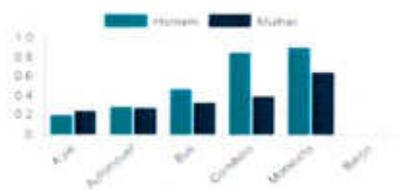
EA. R
35



GenMob - Programa Desenvolvimento de Instrumentos e Métodos Promotores de Igualdade de Género ao Nível Local



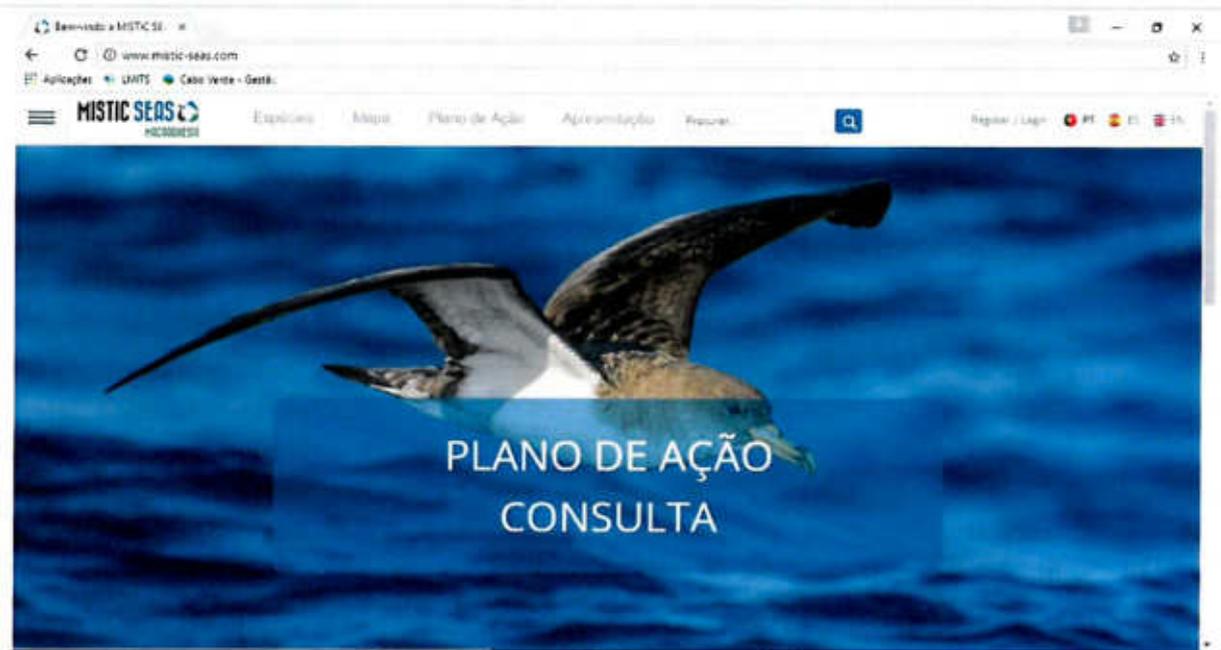
Meio de Transporte



Motivo de Destacção



AB. 1
35



Em termos de execução de Estudos de Identificação e Caracterização de Riscos, concluiu-se projeto de elaboração dos planos municipais de emergência de proteção civil para os municípios de Câmara de Lobos, Calheta, Machico, Santa Cruz e Porto Santo integrados na Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira. Paralelamente iniciou-se a execução Plano de Gestão e Risco de Inundações para a mesma região.

JA. R
352



Para o ano de 2017, existem em curso a continuação da implementação das IDE de Oeiras e CIMTTM, a continuação da colaboração com a SOGRAPE e a TerraPro, no segmento da agricultura e a implementação de Aplicações de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento, enquanto ao nível dos estudos, destacam-se a procura de serviços no domínio da prevenção e gestão de riscos e da melhoria da capacidade institucional e da eficiência na administração pública local.

H. A
35

DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS



A Direção de Novos Negócios iniciou em 2016 a sua atividade, no âmbito de uma estratégia continuada da Empresa focada no **Desenvolvimento de Mercado**, por via da introdução de produtos maduros em novos mercados, seja Nacionais seja Internacionais; **Desenvolvimento de Produto**, por investimento em desenvolvimento de novos produtos em mercados já trabalhados; e **Diversificação**, com recurso a parcerias estratégicas para colocação de novos produtos em novos mercados.

Para colocar esta estratégia em marcha a Direção aplicou recursos na análise exaustiva dos mercados, maduros, ou com posicionamento potencial para o curto e médio prazo, permitindo a análise final SWOT canalizar objetivos para 5 segmentos de mercado maduros/potenciais, em diferentes ciclos de vida no que concerne a Tecnologias de Informação Geográfica: Administração Pública, Água, Agricultura, Infraestrutura, Energia e Ambiente; e 2 Mercados Internacionais preferenciais: Marrocos e Moçambique.

A concretização da Estratégia Diversificação e Desenvolvimento de Produto assentou fundamentalmente no *benchmark* de fornecedores de produtos e serviços, para conhecer as mais recentes soluções no mercado, e na procura e análise de parcerias estratégicas.

Destacam-se como principais resultados desta ação:

- 1) A assinatura da parceria com a TOMTOM, tornando-se a Município no distribuidor autorizado desta Empresa para Portugal, numa clara aposta no setor da Mobilidade e Tráfego, e comercializando a partir de Dezembro de 2016 a maior base de dados de tráfego de todas as vias do país e a transmissão de tráfego em tempo real, bem como diversos dados geográficos atualizados 4 vezes por ano;
- 2) A parceria assinada com a empresa portuguesa ITPEOPLE, reconhecida pela patente para reconhecimento de ambientes em realidade aumentada, sendo a

A. A
SE

Município distribuidora por excelência para os Municípios. Aplicações IOS e Androide com Guias de Experiência em Realidade Aumentada passam a tomar partido de Pontos de Interesse previamente estáticos, transformando-os agora em património arquitetónico, cultural ou arqueológico atrativo ao visitante;



- 3) O lançamento da Central de Compras CONNECT, como plataforma de compras de âmbito Nacional, para todos os Municípios e Entidades do Setor Empresarial Local, transparente, flexível e com benefícios económicos ímpares.



Comunicação

Estabelecidas as prioridades, foram aplicadas distintas estratégias de comunicação, segmentadas, abrangendo clientes e stakeholders de cada um dos mercados, destacando-se:

- A presença como oradores no Ciclo de Conferências ISOP Barreiro e no Fórum de Informação GeoEspacial no Instituto Politécnico da Guarda, em temas como SmartCities e Cadastro de Propriedade;
- A organização do Evento "Município Openweek", com 3 dias abertos em que os Acionistas tomaram contacto com os Meios Humanos e Técnicos que sustentam a atividade;
- O investimento no Novo Site Município, terminado em Dezembro de 2016, com lançamento em Janeiro de 2017;
- O regresso às Newsletters Trimestrais, noticiando atividades de projeto e lançamento de produto;
- A massificação na utilização do social media como meio direto de comunicação;
- A frequência de diversas conferências e seminários para aferição de tendências e ventilação de opiniões.



A. A
35

 Foram neste âmbito publicadas 35 notícias, colocados 2 artigos na imprensa escrita, organizados 3 eventos, frequentadas 4 conferências como oradores e 39 como assistentes.

Atividade Comercial

Ação Comercial

Numa vertente mais direcionada para a penetração de mercado, coube a esta Direção movimentar recursos em ações comerciais nacionais, muito focadas em Produtos e Serviços maduros no primeiro semestre, e em Novos Negócios ou Negócios Maduros já assentes na diversificação, como a gestão de frotas, no segundo semestre. E em ações comerciais internacionais, com muito enfoque no mercado moçambicano.

Neste âmbito, esta Direção participou no desenho de 51 propostas comerciais em território nacional, 11 Internacionais (Angola (1), Brasil (2), Moçambique (7), Colômbia (1)), e em 7 Manifestações de Interesse (Guiné Bissau (1), Marrocos (1), México (1), São Tomé e Príncipe (1) e Moçambique (3)).

Gestão de Negócios

Parte da atividade de 2016 foi igualmente dedicada à Gestão de Negócios, com destaque para:

- 1) O Serviço Gestão de Frotas, resultante de uma parceria exclusiva com a CARTRACK desde 2008, que atingiu em 2016 o Volume de Negócios mais elevado dos últimos 3 anos e eficácias a cumprir os objetivos pré-definidos. Cresceu durante o ano de 1450 dispositivos em Janeiro para 1740 em Dezembro de 2016. Destacar neste âmbito:
 - a. O Projeto Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, angariado em 2016, que com 152 viaturas constitui desde já um dos mais significativos clientes deste serviço;
 - b. O cliente Município de Oeiras que, pela fidelização e número de viaturas continua a ser um dos projetos bandeira CARTRACK para Municípios.
- 2) A distribuição do arquivo de ortofotomapas 2015. Crescendo dos 868 km² comercializados até Janeiro para um total de 4686 km² comercializados até ao final do ano;

M. R.
33

CONCURSOS

O quadro seguinte, espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todos os Departamentos da Municípa, ao longo do ano de 2016:

Propostas	Nº Propostas 2015	Nº Propostas 2016	Δ% Propostas 15-16	Em Valor		Δ% Valor 15-16
				2015	2016	
Propostas adjudicadas	159	152	-4,4%	1.011.879	3.987.626	294,1%
Propostas em aberto	185	434	134,6%	27.652.268	25.644.347	-7,3%
Propostas recusadas	12	28	-133,3%	145.719	12.549.898	-8.512,4%
Total de Propostas Apresentadas	356	614	72,5%	28.809.866	42.181.870	46,4%

Unidade: euros

Constata-se através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 614 propostas ao longo do ano de 2016, o que reflete a apresentação de 2,5 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 4%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 294% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

EA. 1
35

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2016 e que se descrevem seguidamente por ordem decrescente:

Top 10 Clientes	VALOR	PESO RELATIVO NO TOTAL DA FATURAÇÃO
MUNICÍPIO DE OEIRAS	357.965	19,6%
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	247.648	13,6%
ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS	80.970	4,4%
FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DE LISBOA	61.465	3,4%
MEDIALUSO – PRODUTOS PARA TELEVISÃO	56.500	3,1%
MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO	55.450	3,0%
POHL CONSULTING & ASSOCIATES	50.504	2,8%
MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE	49.693	2,7%
MUNICÍPIO DE LISBOA	48.767	2,7%
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	42.046	2,3%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

TIPOLOGIA DOS CLIENTES

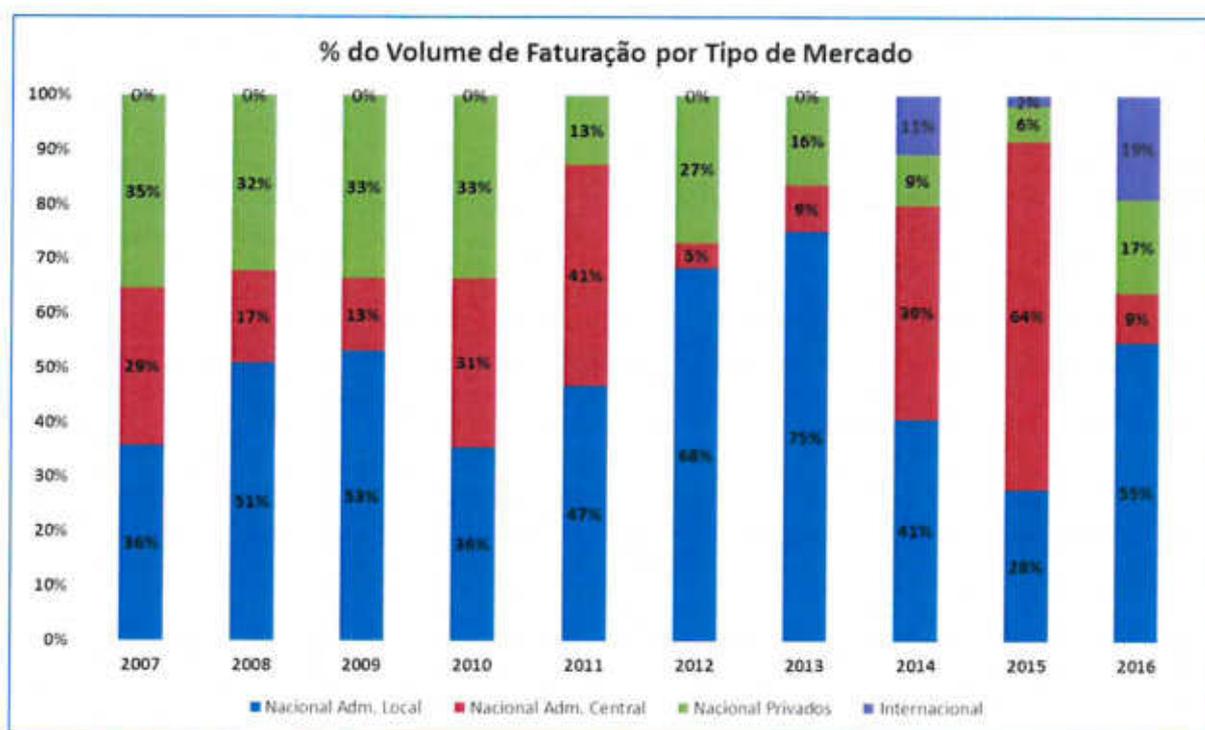
A Administração Pública (Central e Local) continua a ser o setor preferencial de atuação da Municípa, com registos de 64%. No entanto, comparativamente ao ano transato, diminuiu cerca de 28%.

Os privados a nível nacional registam cerca de 17% da faturação (mais 11% que no ano de 2015), enquanto que os privados para mercados externos, representam cerca de 19% do total da faturação (mais 16% que no ano anterior). Esta faturação no Mercado Externo, tem permitido rentabilizar a capacidade instalada e aproveitar o nosso "know how".

H. 35

Faturação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nacional Adm. Local (1)	35,91%	51,06%	53,26%	35,51%	46,83%	68,41%	75,14%	40,70%	27,88%	54,86%
Nacional Adm. Central	28,92%	16,77%	13,32%	31,12%	40,55%	4,78%	8,50%	39,27%	63,86%	9,14%
Nacional Privados	35,17%	32,17%	33,42%	33,37%	12,63%	26,81%	16,36%	9,26%	6,47%	17,15%
Internacional	n.a.	10,77%	1,79%	18,86%						

Nota (1): Por mercado "Administração Local" para efeitos do presente relatório considera-se Autarquias, Corporações de Bombeiros, Misericórdias (atividades de natureza local sem fins lucrativos)



24. A
35

2.3. INVESTIMENTOS

No ano de 2016, face ao ano transato, verificou-se um acréscimo nos investimentos efetuados, conforme se demonstra no quadro seguinte:

	2014	2015	Var % (14-15)	2016	Var % (15-16)
Ativos Intangíveis	0	0	0%	0	0%
Ativos Fixos Tangíveis	287.005	339	-100%	145.216	42.737%
Total	287.005	339	-100%	145.216	42.737%

Unidade: Euro

Os **Ativos Intangíveis** em 2016, tiveram um registo nulo.

Quanto ao **Ativo Fixo Tangível**, este registou um incremento de 42.737%, originado pelo investimento de 145.216 euros, repartido essencialmente por equipamento básico e de transporte, sobretudo para incorporar no projeto de Cabo Verde, que resultou do contrato assinado com o Millennium Challenge Account. Deste modo, foi necessário efetuar uma série de investimentos iniciais para o arranque do projeto cadastral, quer para gabinetes, quer para o terreno.

Foram alienados 185.893,79 euros de ativos, repartidos por GPS do projeto Sinergic, no valor de 14.698 euros e 171.195,79 euros de viaturas em estado de uso.

JA. 1
32

2.4. POLÍTICA DA QUALIDADE

A Municípia continua a evidenciar um Sistema de Gestão documentado, de modo a cumprir com os requisitos da norma ISO 9001, bem como as orientações constantes da Política da Qualidade, assegurando e promovendo a melhoria contínua de processos e procedimentos, tendo em vista a satisfação dos requisitos colocados pelos nossos clientes e pelo próprio mercado.

Para que tal aconteça definimos 5 vetores fundamentais de atuação:

- **O Cliente**
- **Os Colaboradores**
- **Os Fornecedores**
- **Acionistas**
- **Utilidade Pública**

Através dos questionários observados, verificámos que o subindicador custo do serviço já obteve avaliações mais elevadas (3 numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado). Continua a ser notório que o reconhecimento da Municípia advém da qualidade dos serviços prestados, como comprova o indicador de satisfação de 3,71 (numa escala de 1 a 4, sendo o 4 o mais elevado).

Para 2016, apostaremos no mesmo objetivo de 3,7 no grau de satisfação dos clientes.

Ano após ano, a Administração continua a incrementar a competitividade da Municípia, tanto no mercado nacional, como no internacional, seja por via do investimento na formação, quer seja pelo investimento em ferramentas que potenciem maior eficácia.

24. 1
35

2.5. CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS E MARCAS REGISTRADAS

CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

A Municípa tem as seguintes Certificações:

Âmbito	Entidades Certificadoras
ISO 9001	 <p>certificação acreditada IFAC</p>
Alvará para o exercício de atividades no domínio do cadastro predial nº 01/2003 CD	 <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS</p>
Declaração para o exercício da atividade de produção de cartografia topográfica ou temática de base topográfica	 <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS</p>
Entidade formadora em Informática (489), programas não classificados noutra área de formação	 <p>DGERT DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO</p>

A. 1
35

MARCAS REGISTRADAS

Nome da Marca	Modalidade	Tipo de Sinal
MUNICÍPIA ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
GUIA DE PORTUGAL ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
RPAD REDE PORTUGUESA DAS AUTARQUIAS DIGITAIS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
RPAD ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
GP-PROCURA?AQUI ENCONTRA!!! ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
BNE-BASE NACIONAL DE ENDEREÇOS ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
GEOSTAT ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
MUNICIPIA ENERGY ® 	MARCA NACIONAL	MISTO
WHERE ARE YOU FLYING ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO
WHERE ARE YOU ®	MARCA NACIONAL	VERBAL
CONNECT ® 	MARCA NACIONAL / LOGOTIPO	MISTO

Handwritten initials and a signature in blue ink.

2.6. RECURSOS HUMANOS

ATIVIDADE

No decorrer do ano de 2016 e resultante do projeto "SYSTEMATIC LAND RIGHTS AND BOUNDARIES CLARIFICATION AND REGULARIZATION IN THE REPUBLIC OF CABO VERDE - ISLANDS OF SÃO VICENTE AND BOA VISTA" para o governo da República de Cabo Verde, foi necessário recrutar pessoal para a execução das tarefas daí advindas. Esta necessidade originou um ligeiro aumento de efetivos.

EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO

A tendência tem sido a manutenção da equipa constituída ao longo dos anos, apostando na sua qualificação tecnológica e recorrendo pontualmente a serviços de contratação a termo certo para suprir o acréscimo de projetos.

Pode verificar-se no quadro em baixo um ligeiro aumento do número de efetivos a 31 de dezembro, derivado das contratações necessárias para o projeto anteriormente mencionado.

EVOLUÇÃO RH	2014	2015	2016
N.º de efetivos	55	31	35

Este aumento deveu-se à contratação a termo certo de três trabalhadores para o projeto de Cabo Verde e um para território nacional.

O quadro e gráfico que se seguem, registam o número de efetivos, distribuídos pelos vários tipos de vínculo contratual. Verifica-se que cerca de 86% possuem com a Empresa um vínculo contratual "sem termo" e 14% tem um contrato a "termo certo".

Handwritten signature and initials

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2014	2015	2016
Contrato sem termo	31	30	30
Contrato termo certo	24	1	5
Σ dezembro	55	31	35

Em termos de unidades orgânicas da empresa, a 31 de dezembro, os efetivos estavam organizados da seguinte forma:

- Direção de Cartografia e Cadastro com **15** elementos;
- Direção de Inteligência Espacial com **8** elementos;
- Direção Administrativa e Financeiro com **5** elementos;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas com **3** elementos;
- Direção de Novos Negócios com **3** elementos;
- Direção Geral com **1** elemento.

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2016 era constituído por 35 trabalhadores. Desses, 11 eram do género feminino e 24 do masculino.

CAPITAL HUMANO	2014	2015	2016
Género Masculino	27	21	24
Género Feminino	28	10	11
Σ dezembro	55	31	35

26. N
31

A média etária dos funcionários foi de 42 anos e embora se observe um envelhecimento, isso traduz-se numa maior experiência, adesão e identificação com as políticas da empresa.

ESTRUTURA ETÁRIA	2014	2015	2016
De 18 a 39 anos	40	12	14
De 40 a 69 anos	15	19	21

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Municípiã está espelhado no quadro em baixo e apresenta as seguintes características:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2014	2015	2016
Doutoramento	0	0	1
Mestrado	2	1	0
Ensino Superior	33	21	24
Ensino Secundário	18	9	10
3º Ciclo Ensino Básico	2	0	0
Total	55	31	35

Com um nível de habilitação igual ao ensino secundário temos 29% do total dos trabalhadores, com habilitações de ensino superior temos 68% e 3% possuem um doutoramento.

ABSENTISMO

Como podemos verificar no quadro seguinte os números mais significativos no absentismo estão relacionados com as ausências por Doença. Na tipologia de ausências por Baixa emitida pela Segurança Social, inclui-se a baixa por doença, a baixa de risco e a assistência a familiares. Na tipologia "Doença" estão incluídas as consultas médicas e as ausências por indisposição.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO E LUTO	ORNO / LUTO	DEDICACAO O A ESCOLA	AUTÓNOMAS/PROVAS EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	99	0	74	17	2	4	5	201
PESO RELATIVO	49,25%	0%	36,82%	8,46%	1%	1,99%	2,48%	100%

TIPOS DE ABSENTISMO	2014	2015	Δ% 2014/2015	2016	Δ% 2015/2016
BAIXA S. SOCIAL	139	207	49%	99	-52%
LICENÇA PARENTAL	138	266	93%	0	-100%
DOENÇA	76	85	12%	74	-13%
OUTRAS	43	38	-12%	28	-26%
TOTAL AUSÊNCIAS	396	596	51%	201	-66%

Unidade: dias

Confrontando os números de 2016, com o ano anterior, verifica-se uma diminuição generalizada do absentismo, com maior incidência no facto de não terem ocorrido licenças parentais, o que indica ausência de nascimentos.

J. 7
35

ESTÁGIOS

Em 2016, manteve-se a tendência de redução do número de estagiários, derivado essencialmente pela curta duração dos estágios. O tempo de adaptação/treino e a posterior realização das tarefas é demasiado curto, para que os estagiários, na sua grande maioria, consigam produzir um trabalho de qualidade.

Durante o ano de 2016, entre 11.07.2016 e 18.10.2016, a empresa acolheu na Direção de Novos Negócios uma estagiária de Marketing do Instituto Politécnico da Guarda.

ESTÁGIOS CONCEDIDOS	2014	2015	2016	MÉDIA
Σ DE ESTÁGIOS POR ANO	1	1	1	1
Σ DE ESTÁGIOS	3			

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Empresa, continua a investir na formação, como componente importante da área dos Recursos Humanos, sabendo que só assim os seus efetivos podem manter os padrões de desempenho.

O quadro seguinte apresenta o resumo da formação realizada nos últimos anos:

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2014	2015	Δ% 2015/2014	2016	Δ% 2016/2015
N.º DE FORMANDOS	32	10	-69%	10	0%
N.º DE AÇÕES	18	28	56%	40	43%
HORAS DE FORMAÇÃO	1333	889	-33%	341	-62%

A. n
32

Neste quadro, pode-se observar que 28% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Foram frequentados cursos de especialização, *workshop*, palestras e conferências. Das 341 horas, 30 horas (9%) foram de especialização e 311 horas (91%) foram despendidas em *workshop*, palestras e conferências.

A. N
B

GASTOS COM REMUNERAÇÕES

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2014 e 2016, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

<i>Natureza</i>	2014	2015	2016	Peso % no total	Var. 14-15	Var. 15-16
Remunerações, Subs. Férias e Natal	930.265	1.082.818	765.021	70,67%	16%	-29%
Subsídio de alimentação	75.003	94.570	44.847	4,14%	26%	-53%
Horas extra	738	263	1.539	0,14%	-64%	485%
Senhas de Presença	2.664	5.742	4.466	0,41%	116%	-22%
Encargos patronais	218.753	252.257	174.499	16,12%	15%	-30,8%
Seguro Acid. de Trabalho e Seguro de Saúde	25.261	28.751	28.952	2,67%	14%	1%
Formação	1.474	7.490	3.131	0,29%	408%	-58%
Outras	2.400	2.815	441	0,04%	17%	-84%
Higiene e Seg. Trabalho	2.970	1.507	956	0,09%	-49%	-37%
Ajudas Custo/Quilómetros	16.823	24.962	58.677	5,42%	48%	135%
Créditos de formação e compensações	19.740	19.214	0	0,00%	-3%	-100%
TOTAL	1.296.091	1.520.39	1.082.531	100,00%	17%	-29%

Unidade: Euro

Remunerações – Verifica-se uma redução nesta rúbrica face a 2015 de -30 %. Esta diminuição, justifica-se pela saída do pessoal contratado com o fim do projeto Sinergic no ano transato, tendo em 2016, apenas sido contratado três recursos para o projeto a decorrer em Cabo Verde. A este fator principal, junta-se a contenção

salarial, o que permitiu que a parcela que concorre em 70% para o total dos custos com pessoal, tenha registado um decréscimo de 29% e menos 317.797 euros, em valor absoluto.

O **subsídio de alimentação** registou uma diminuição face ao menor número de funcionários do que nos anos transatos, contribuindo para esta tendência os funcionários deslocados em projeto que deixam de usufruir do referido subsídio de alimentação. O valor de variação registada foi de -53%.

Horas extra – esta rubrica tradicionalmente regista valores baixos, mantendo-se essa linha em 2016, representando este custo apenas 0,14% dos custos com pessoal. O valor registado de 1.539 euros, resulta integralmente da necessidade de efetuar voos fora do horário regular de trabalho, como por exemplo o voo noturno efetuado no âmbito de um projeto de investigação para um cliente.

Senhas de presença – o valor registado em 2016 sofreu uma redução de 22% face a 2015 e justifica-se essencialmente pela existência de menos reuniões do que no ano transato.

Encargos Patronais – como seria expectável, esta rubrica acompanhou a variação registada nas remunerações, tendo diminuído em 31% face ao ano anterior.

Prémios de seguros – a rubrica não registou praticamente variação, ficando-se esta situação a dever a uma diminuição dos custos com o seguro de Acidentes de Trabalho (menos funcionários) e a um incremento do Seguro de Saúde, que compensou a descida do primeiro.

Formação – Registou uma diminuição de custos superior a 50% face a 2015, situação que se ficou a dever à menor identificação das necessidades formativas.

A rubrica **Outras**, comportou em 2016 essencialmente despesas com cuidados de saúde preventivas, face às viagens realizadas para países de risco.

St. A
35

Higiene e Segurança no Trabalho – a presente rubrica apresentou um decréscimo de 37% face ao exercício económico anterior, sendo esta redução justificada pela diminuição de funcionários em 2016, face a 2015.

Ajudas de Custo e Quilómetros – o valor registado apresenta-se de sentido oposto a quase todas as rubricas, ou seja, subiu e duplicou o seu custo, mas justifica-se pelo conjunto de projetos que se desenvolveram fora do território nomeadamente Moçambique, Cabo Verde e Europa. Esta rubrica de Ajudas de Custo representou em 2016, 5% do total dos custos com pessoal e registou um incremento de 135%, devidamente justificadas pelos projetos internacionais e prospeção de mercado.

Créditos – em 2016 não se registaram créditos de formação ou outro tipo de compensação por término de contratos de trabalho.

Conclusão

A estrutura de custos com pessoal sofreu uma diminuição significativa, essencial à sustentabilidade da sociedade, sem perder de vista a necessidade de expandir quando há mais projetos em carteira e contrair na ausência dos mesmos.

A. V
35

2.7. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

JA. 1
32

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2014	2015	Var.% (14-15)	2016	Var.% (15-16)	Média
Ganhos Operacionais						
Serviços Prestados	2.743.915	3.313.341	21%	2.437.545	-26%	2.831.600
Subsídios à Exploração	5.278	11.248	100%	14.288	27%	10.271
Ganhos imputados de subsidiárias	0	0	0%	0	0%	0
Reversões de Imparidades	92.892	169.736	83%	29.604	-83%	97.411
Outros Rendimentos ou Ganhos	35.189	65.627	86%	84.290	28%	61.702
Total dos Ganhos Operacionais	2.877.273	3.559.953	24%	2.565.728	-28%	3.000.985
Gastos Operacionais						
FSE	1.223.119	1.627.443	33%	1.227.083	-25%	1.359.215
Gastos com Pessoal	1.296.091	1.520.390	17%	1.082.531	-29%	1.299.671
Imparidade de dívidas a receber	0	0	0%	8.680	100%	2.893
Outros gastos e perdas	29.363	65.277	122%	44.113	-32%	46.251
Gastos/reversões de depreciações	201.565	211.415	5%	146.429	-31%	186.470
Total dos Gastos Operacionais	2.750.138	3.424.526	25%	2.508.835	-27%	2.894.500
Resultados Operacionais	127.135	135.427	7%	56.893	-58%	106.485
Ganhos Financeiros						
Juros e rendimentos similares obtidos	27.812	22.439	-19%	5.095	-77%	18.449
Gastos Financeiros						
Juros e gastos similares suportados	97.677	97.595	0%	39.873	-59%	78.382
Resultados Financeiros	-69.865	-75.156	-8%	-34.779	54%	-59.933
Resultados Antes de Imposto	57.271	60.270	5%	22.114	-63%	46.552

Unidade: Euro

JA. A
35

GANHOS OPERACIONAIS

O **volume de negócios** – a conclusão do projeto Sinergic em 2015, justificou uma diminuição de 26% do volume de negócios em 2016.

O projeto com maior contribuição para o volume de negócios de 2016, foi o projeto que se encontra em curso em Cabo Verde.

Quanto aos **subsídios à exploração**, resultaram da continuidade do projeto GeoSmartCity, que está a ser desenvolvido através de um consórcio europeu constituído por 15 membros e que em 2016 permitiu reconhecer 14.288 euros de ganhos.

Reversões de imparidades - no presente exercício foi possível recuperar 29.604 euros relativos a dívidas cujo o risco de incobrabilidade havia sido considerado em anos anteriores e que em 2016 foi possível recuperar por via de acordos de pagamentos e outro tipo de diligências.

Outros Rendimentos e Ganhos – a presente rubrica registou um incremento de 28%, face a 2015 e justifica-se essencialmente pela alienação de viaturas, que foram desafetadas do projeto Sinergic, com um valor de venda líquido de 60.000 euros. Esta rubrica também regista o arrendamento parcial do espaço, com carácter regular.

O total dos **Ganhos Operacionais** atingiram 2.565.728 euros, tendo a prestação de serviços contribuído com 95% desses ganhos. Os ganhos diminuíram 28%.

GASTOS OPERACIONAIS

Os **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos**, diminuíram 25%, face a 2015, tendo em conta a conclusão do projeto Sinergic em 2015 e, com o início dos trabalhos em Cabo Verde, que apenas representam um semestre (o 2º semestre de 2016).

24. 1
35

Os **gastos com pessoal**, registaram uma diminuição de 29%, conforme já detalhado no capítulo dedicado a Gastos com Remunerações.

Imparidades – foram registadas 8.679,50 euros de imparidades resultantes da elevadíssima probabilidade dos valores se tornarem incobráveis, uma vez que os dois clientes entraram em processo de insolvência.

Outros gastos e perdas – verificou-se uma diminuição de 32% desta tipologia de custos, concorrendo para os 44.113 euros registados, impostos e taxas.

Depreciações – Diminuição de 31% nesta rubrica, verificada pela obsolescência natural do ativo, bem como pela alienação de ativo imobilizado, essencialmente viaturas que haviam sido desafetadas da atividade, deixando de gerar amortizações. Por outro lado o investimento efetuado, ocorreu essencialmente no 2º semestre e não compensou a poupança gerada pela alienação de ativos.

Os **Gastos Operacionais** diminuíram 27% face ao período transato acompanhando a descida dos ganhos operacionais.

27. 1
32

RESULTADOS OPERACIONAIS

Resultados operacionais positivos, pelo terceiro ano consecutivo, são tanto mais relevantes, se atendermos ao facto das dificuldades financeiras que o país e que o setor público, em particular, atravessa.

<i>Exercício/Rubrica</i>	2014	2015	VAR. % (14/15)	2016	VAR. % (15/16)
GANHOS OPERACIONAIS	2.877.273	3.559.953	24%	2.565.728	-28%
GASTOS OPERACIONAIS	2.750.138	3.424.526	25%	2.508.835	-27%
RESULTADOS OPERACIONAIS	127.135	135.427	7%	56.893	-58%

Unidade: Euro

Os Resultados Operacionais desceram face a anos transatos, mas são positivos. Esta descida deve-se à diminuição dos Ganhos Operacionais que desceram mais do que proporcionalmente à diminuição dos custos, resultando numa variação negativa de 58%.

GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

O recurso diminuto às contas correntes caucionadas e aplicação de excedentes de tesouraria, ainda que com remuneração muito baixa, permitiu um resultado de Gastos de Financiamento negativo de 34.779 euros, ou seja, teve uma variação positiva face ao ano anterior de 54%.

Para os juros correntes contribuíram essencialmente o contrato de leasing da máquina fotográfica digital e despesas bancárias.

Em termos de **Gastos de Financiamento Líquido**, obtivemos o seguinte resultado:

27. 1
3/3

	2014	2015	VAR. % (14/15)	2016	VAR. % (14/15)
JUROS E RENDIMENTOS	27.812	22.439	-19%	5.095	-77%
JUROS E GASTOS	97.677	97.595	0%	39.873	-59%
GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)	-69.865	-75.156	-8%	-34.779	54%

Unidade: Euro

Os **Resultados Antes de Impostos** são a consequência dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, cujas explicações foram dadas anteriormente, tendo em 2016, alcançado um desempenho positivo, com 22.114 euros.

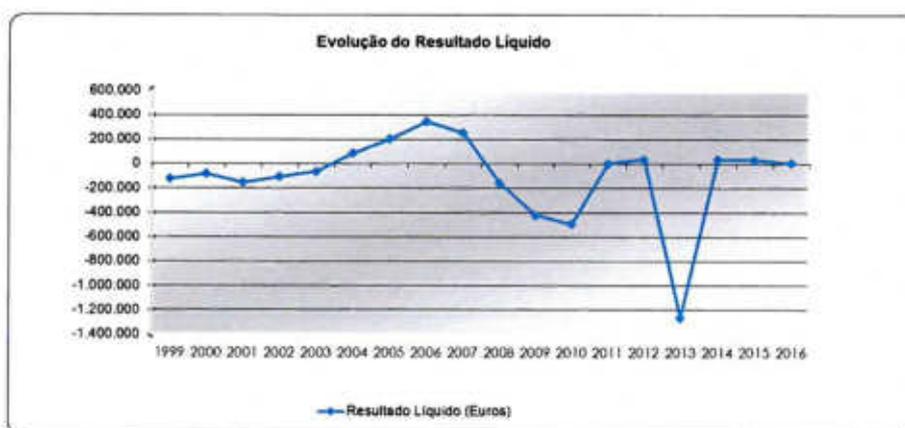
Aos **Resultados Antes de Impostos**, seguem-se os impostos, neste caso de 14.227 euros, o que permitiu à Município alcançar em 2016 um **Resultado Líquido** positivo de 7.836,67 euros.

JA. ↑
36

RESULTADOS LÍQUIDOS

De forma a obtermos uma imagem dos resultados líquidos alcançados pela sociedade desde a sua constituição, podemos observar o quadro e gráficos seguintes:

Exercício	RLE	Variação %
1999	-120.560	n.a.
2000	-79.615	34%
2001	-151.965	-91%
2002	-104.053	32%
2003	-61.238	41%
2004	89.791	247%
2005	205.745	129%
2006	347.733	69%
2007	257.180	-26%
2008	-153.789	-160%
2009	-419.737	-173%
2010	-491.754	-17%
2011	5.566	101%
2012	41.347	643%
2013	-1.259.227	-3.146%
2014	36.687	103%
2015	35.349	-4%
2016	7.837	-78%
Média	-100.817	



Handwritten initials and a signature.

INDICADORES DE ATIVIDADE

<i>Atividade</i>	2014	2015	2016	Média	Var 14-15	Var 15-16
Volume de Negócios	2.743.915	3.313.341	2.437.545	2.831.600	21%	-26%
Rentabilidade das Vendas	1,34%	1,07%	0,32%	0,91%	-20%	-70%
EBIT (Resultado Operacional)	127.135	135.427	56.893	106.485	7%	-58%
Resultado Líquido	36.687	35.349	7.837	26.624	-4%	-78%
Cash Flow Líquido	238.252	246.252	154.266	213.094	4%	-37%

Unidade: Euro

Volume de Negócios – Apesar de ser o menor registo dos últimos três anos, foi o suficiente para manter as contas da sociedade equilibradas.

Rentabilidade das Vendas (RL/VN) – Apresenta um valor também inferior aos últimos dois exercícios, mas positivo.

EBIT (ganhos antes de impostos e juros) – O Resultado Operacional é positivo, pelo terceiro ano consecutivo, o que revela o bom funcionamento da componente de exploração da sociedade.

Resultado Líquido – nos tempos que correm, em que ainda se fazem sentir os efeitos da crise, atingir resultados positivos independentemente do valor é de enaltecer. É premiar todos aqueles que acreditam, desde funcionários, gestão e acionistas.

Cash Flow Líquido – Apresenta o valor de 154.266 euros, contribuindo para este as amortizações com 95% da libertação de meios.

SA. n
31

INDICADORES DE GESTÃO

Gestão	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	49.889	106.882	69.644	75.472	114%	-35%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	83	39	83	68	53%	-113%
Prazo Médio de Recebimentos (PMR) - dias	85	29	81	65	66%	-179%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – regista uma descida face ao ano transato, contudo em 2015, o valor estava sobrevalorizado em virtude do cálculo ser realizado em 31 de dezembro, momento em que as equipas já tinham terminado os seus vínculos, conforme se fez referência no relatório do ano transato.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – a Município demorou em média 83 dias a satisfazer os seus compromissos, adaptando desta forma o ritmo de pagamentos em conformidade com os recebimentos.

O **Prazo Médio de Recebimento (PMR)** deteriorou-se para níveis de 2014, ainda assim razoáveis, uma vez que em média demoramos a receber dos nossos clientes 81 dias.

INDICADORES TESOURARIA

Líquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma diminuição do indicador de liquidez, essencialmente devido à diminuição da rubrica de "Depósitos Bancários", que no ano transato, em 31 de dezembro, foi excecionalmente elevada. O Passivo Corrente também diminuiu, mas de forma residual, pelo que se registou um decréscimo deste indicador em 22% face a 2015. Contudo, é um valor em que as rubricas do Ativo Corrente superam em 2,31, as rubricas do Passivo Corrente. Para este indicador não concorreram os acréscimos de proveitos e os proveitos diferidos.

JA. ✓
BS

<i>Tesouraria</i>	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Liquidez Geral	1,92	2,95	2,31	2,39	54%	-22%

Unidade: Unidade

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

<i>Equil. Financeiro</i>	2014	2015	2016	Média	Var. 14-15	Var. 15-16
Autonomia Financeira	60,70%	69,40%	75,80%	68,63%	14,3%	9,2%
Solvabilidade	2,07	3,19	4,07	3,11	54,1%	27,6%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,11%	1,05%	0,24%	0,80%	-4,7%	-77,7%

Autonomia Financeira (CP/AT) – este indicador, tem registado uma tendência crescente nos últimos três exercícios, alcançando 76%.

Desta tendência, conclui-se que a dependência de terceiros, nomeadamente da banca, é cada vez menor.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – A capacidade da sociedade solver as suas dívidas, também cresceu nos últimos três anos, sendo que em 2016, esta métrica permite-nos concluir que o capital próprio supera em quatro vezes o nosso passivo.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – O registo alcançado em 2016, ainda que positivo, proporciona uma taxa de retorno aos acionistas de apenas 0,24%.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

INDICADORES LEGAIS

A sociedade, mesmo em anos de crise acentuada e de restrições orçamentais dos clientes do setor público, tem alcançado nos últimos 3 exercícios Resultados Antes de Impostos positivos, como se verifica no quadro seguinte:

Unidade: Euro

Legais	Lei 50/2012		
	2014	2015	2016
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114

Do exercício económico de 2016, não resultará qualquer transferência de reequilíbrio, em conformidade com o nº 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, em consequência dos Resultados Antes de Impostos se terem traduzido em 22.114 euros.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2016, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,07%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);

Handwritten initials and marks: "H.", "A", and "BS" with a checkmark.

- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016).

Acionistas	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,13%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,98%	0,00	0,00	0,00	2.199,04	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,84%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	4.473,83	13.865,86	14.976,07	28.602,22	-595,76
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	1.491,28	4.621,95	4.992,02	9.534,07	-198,59
Mun. da Serfã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

24. 1
32

Acionistas

	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	358,50	1.111,12	1.200,08	2.291,99	-47,74
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	299,45	928,09	1.002,40	1.914,44	-39,88
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	1.000,40	0,00	-39,80
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.910,63	-39,80
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Agualar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Oihão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68

J. A.
32

Acionistas	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	297,96	923,47	997,41	1.904,91	-39,68
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sever do Vouga	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	1.904,91	-39,68
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	26.497	132.220,03	4,07%	N/A	0,00	0,00	0,00	3.492,65	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	17.060,54	57.498,02	63.102,16	131.922,81	-2.669,14

Síntese	2008	2009	2010	2013	2011/12/14/15/16	Total
Valores Liquidados	176.397	542.092	584.496	1.104.900	-22.517	2.385.369
Valores em Dívida	17.061	57.498	63.102	131.923	-2.669	266.914
Total	193.458	599.590	647.598	1.236.823	-25.186	2.652.283

[Handwritten signature] A
35

2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2016, no valor de 7.836,67 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (391,83 euros), transferindo-se o remanescente de 7.444,84 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municíпия, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 30 de janeiro de 2017

O Conselho de Administração,

Dr. Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*

Arq. José Alberto de Castro Cardoso – *Administrador*

Dr. João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

3 – CONTAS DO EXERCÍCIO

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/B	2.024.815,00	2.105.783,20
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	402,72
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		4.363,73	3.822,95
Ativos por impostos diferidos	15	142.957,72	143.076,13
		2.172.136,45	2.253.085,00
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		666.531,52	321.714,80
Adiantamentos a fornecedores		11.191,65	8.004,65
Estado e outros entes públicos		13.826,56	13.703,50
Acionistas/sócios		266.914,39	409.687,00
Outras contas a receber		606.888,33	113.392,38
Diferimentos		112.353,46	80.438,93
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	537.615,00	1.631.253,12
		2.215.320,91	2.578.194,38
Total do ativo		4.387.457,36	4.831.279,38

Y. Pedro T. Leite de Sá



[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
BALANÇO

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital realizado		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-254,99	-144,99
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		51.248,12	49.480,69
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	3	31.436,23	31.436,43
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	3	7.836,67	35.348,66
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.326.944,70	3.352.799,46
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		120.430,85	213.260,48
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		120.430,85	213.260,48
Passivo corrente:			
Fornecedores		313.166,78	212.714,25
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		83.326,75	253.956,33
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		92.829,68	90.540,07
Outras contas a pagar		207.483,48	279.197,33
Diferimentos		243.275,12	428.811,46
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		940.081,81	1.265.219,44
Total do passivo		1.060.512,66	1.478.479,92
Total do capital próprio e do passivo		4.387.457,36	4.831.279,38

[Handwritten signatures]



[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	13	2.437.545,34	3.313.341,10
Subsídios à exploração	14	14.287,83	11.248,07
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-/-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	-/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	-	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-1.227.083,10	-1.627.443,10
Gastos com o pessoal	-	-1.082.530,63	-1.520.390,33
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/-	20.924,62	169.736,47
Provisões (aumentos/reduções)	-/-	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	-/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-	84.290,30	65.626,90
Outros gastos e perdas	-	-44.112,65	-65.277,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	203.321,71	346.841,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/-	-146.429,11	-211.414,94
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/-	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	56.892,60	135.426,78
Juros e rendimentos similares obtidos	-	5.094,64	22.439,09
Juros e gastos similares suportados	-	-39.873,19	-97.595,48
Resultado antes de impostos	-	22.114,05	60.270,39
Imposto sobre o rendimento do período	-/-	-14.277,38	-24.921,73
Resultado líquido do período	-	7.836,67	35.348,66
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
Resultado por ação básico		0,01	0,05

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



[38.737182, -9.304986]



Entidade:
MUNICÍPIA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31-12-2016

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	13	2.437.545,34	3.313.341,10
Custo das vendas e dos serviços prestados		-2.127.465,11	-2.977.831,55
Resultado bruto		310.080,23	335.509,55
Outros rendimentos		119.502,75	246.611,44
Gastos de distribuição		-106.779,51	-173.237,61
Gastos administrativos		-221.798,22	-208.179,21
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-44.112,65	-65.277,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.892,60	135.426,78
Gastos de financiamento (líquidos)		-34.778,55	-75.156,39
Resultados antes de impostos		22.114,05	60.270,39
Imposto sobre o rendimento do período	15	-14.277,38	-24.921,73
Resultado líquido do período		7.836,67	35.348,66
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

[Handwritten signatures]



[38.737182, -9.304986]



Entidade: MUNICÍPIA, SA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: 2015

Período findo em 31-12-2015

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRÇÃO	ALTERAÇÕES NO PERÍODO										POSIÇÃO INÍCIO DO PERÍODO N-1	
	Prima de emissão de novo referencial contábil/alteração	Alterações de políticas contábil/alteração	Diferença de conversão de demonstrações financeiras	Reajuste de excédentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivos	Excédentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivos	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações recorridas no capital próprio	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		
Tota de Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.712.819,14	-60,02	0,00	0,00	8.352.799,46
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Result. líquido atribuído	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.712.819,14	-60,02	0,00	0,00	8.352.799,46
Outras variações no CP	0,00	109.987,00	0,00	0,00	0,00	-36.686,81	35.348,66	-1.338,15	0,00	0,00	0,00	35.348,66
Excedent. revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.987,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	0,00	2.567.483,48	0,00	0,00	0,00	34.832,47	2.602.335,95	2.602.335,95	0,00	0,00	0,00	31.436,43
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.834,34	1.834,34	1.834,34	0,00	0,00	0,00	49.480,69
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros detent. de CP	2.677.470,48	-2.677.470,48	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.677.470,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-44,99
Capital próprio residual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.336.678,67

NOTAS

[38.737182, -9.304986]

Handwritten signatures and names



Entidade:
MUNICÍPIA,SA
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em: 31-12-2016

Contas Individuais

Mostrador expressar em Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	•	2.432.898,79	5.409.087,14
Pagamentos a fornecedores	-	-1.358.015,76	-1.939.518,80
Pagamentos ao pessoal	-	-718.036,79	-1.033.724,91
Caixa gerada pelas operações	++	356.846,24	2.435.843,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-+	-33.251,58	-26.785,69
Outros recebimentos/pagamentos	++	-1.405.550,61	-1.114.117,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	++	-1.081.955,95	1.294.939,95
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-65.058,19	-339,00
Ativos intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	•	56.538,22	52.457,45
Ativos intangíveis	•	0,00	0,00
Investimentos financeiros	•	0,00	0,00
Outros ativos	•	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	•	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	•	5.094,64	22.439,09
Dividendos	•	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	++	-3.425,33	74.557,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	•	1.210.739,47	1.120.199,45
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	•	142.662,61	891.899,48
Cobertura de prejuízos	•	0,00	0,00
Doações	•	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	•	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-1.301.279,49	-1.709.015,84
Juros e gastos similares	-	-26.798,00	-54.142,90
Dividendos	-	-33.581,43	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	-60,02
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	++	-8.256,84	248.880,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	++	-1.093.638,12	1.618.377,66
Efeito das diferenças de câmbio	++	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	• 4	1.631.253,12	12.875,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	• 4	537.615,00	1.631.253,12

[Handwritten signatures]



[38.737182, -9.304986]

4 – Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016

1 – Identificação da Entidade

A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo, Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos



Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissos. As Demonstrações Financeiras, foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações).
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes.
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis.
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens.
- d) No custeio dos serviços prestado é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos.

e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, da aplicação deste critério resultou ao reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 112.353,46 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 243.275,12 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 505.252,30 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 164.097,38 euros, essencialmente relativos a remunerações e taxas de saneamento a liquidar.

f) Foram reconhecidos impostos diferidos ativos no montante de 142.957,72 euros, tendo por base uma estimativa de obtenção de lucro para os próximos anos.

g) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço.

h) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculadas de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 2 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo.

i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foram calculadas segundo os critérios fiscais, sendo que esse risco de incobrabilidade coincide com os critérios de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante
Caixa	1.846,64
DO Caixa Geral de Depósitos	1.773,10
DO Novo Banco	109.995,48
DO Banco BIC	593,75
DO Banco Comercial Atlântico Cabo Verde	23.406,03
DP Banco BIC	300.000,00
DP Novo Banco	100.000,00
Total	537.615,00

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:**5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe**

A Município é detida diretamente em 59,13%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação e as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 110.486,17 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 7.800 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2016
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	357.965,36	106.988,56

Unidade: Euro

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** não se registou nenhum investimento no ano de 2016.

Ativos Intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.058,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Handwritten initials and numbers: "A", "35", and a signature.

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	744.656,08	402,72	0,00	0,00	745.058,80
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	744.656,08	402,72	0,00	0,00	745.058,80
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euro

Ativos intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

Unidade: Euro

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No **Ativo Fixo Tangível** registou-se um investimento de 145.216,32 euros, distribuído por 42.148,50 euros de equipamento básico, 750 euros em equipamento administrativo e 102.317,82 euros para equipamento de transporte, este último

J.A.

 B.S.

repartido maioritariamente por 2 viaturas novas de 22.510 euros cada e 8 para o projeto de Cabo Verde, no valor global de 43.531 euros.

Em termos de abates, foram por obsolescência retirados do imobilizado, material informático de 2005, 2007, 2008 e 2009, totalizando 4.196 euros de valor de aquisição, mas sem valor contabilístico ou de mercado.

Foram alienados 185.893,79 euros de ativos, repartidos por GPS do projeto Sinergic, no valor de 14.698 euros e 171.195,79 euros de viaturas em estado de uso.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ defid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.132.456,86	42.148,50	-14.698,00	0,00	0,00	-4.195,70	0,00	2.155.711,66
Equipamento de transporte	194.572,10	102.317,82	-171.195,79	0,00	0,00	0,00	0,00	125.694,13
Equipamento administrativo	122.697,89	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.447,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.040.202,06	145.216,32	-185.893,79	0,00	0,00	-4.195,70	0,00	3.995.328,89
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Relatório e Contas 2016

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						Saldo Final
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	Abates	Transf.	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	379.997,99	23.780,59	0,00	0,00	0,00	0,00	403.778,56
Equipamento básico	1.323.357,19	98.407,95	-5.182,87	0,00	-4.195,70	0,00	1.412.386,57
Equipamento de transporte	112.847,65	21.722,01	-100.552,79	0,00	0,00	0,00	34.016,87
Equipamento administrativo	116.691,25	1.534,26	0,00	0,00	0,00	0,00	118.225,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	1.524,78	581,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2.106,38
Ativos fixos tangíveis	1.934.418,86	146.026,39	-105.735,66	0,00	-4.195,70	0,00	1.970.513,89
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ delid.p venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	794.513,53
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	743.325,09
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.677,26
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.222,38
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609,35
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.024.815,00
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							2.024.815,00

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Ativos não correntes detidos para vendas

No decorrer do projeto Sinergic, adquiriram-se sensivelmente 4 dezenas de viaturas em estado de uso, sendo algumas destas alienadas nos últimos meses do projeto. Com a conclusão do Sinergic, no final de 2015 e não havendo expectativa de reaproveitamento desse equipamento de transporte noutra projeto, decidiu a

gestão em fevereiro de 2016, reclassificar esses ativos em ativos não correntes detidos para venda, uma vez que a venda das viaturas era altamente provável no curto prazo e não seriam absorvidas noutros projetos.

Foi definido um plano de venda para as 28 viaturas que consistiu na publicitação dos ativos disponíveis para venda, sendo essa comercialização acompanhada por um consultor especializado, remunerado em função do sucesso obtido com a venda.

A alienação deste grupo de ativos concretizou-se integralmente até outubro de 2016, não tendo sido necessário alterar o plano de vendas definido.

A transação foi registada pelo valor contabilístico e a venda, pelo valor de venda, deduzido das despesas relacionadas com a sua venda.

9 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Máquina Digital DMC	BES Leasing e Factoring	2009	2019	862.500,00	649.239,47	213.260,53

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Máquina Digital DMC	862.500,00	488.178,09	374.321,91

Unidade: euros

A. 31

10 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016, não se encontrava utilizado qualquer valor das contas correntes caucionadas, contudo da utilização das mesmas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da DMC	6.562,22
Juros das contas correntes caucionadas	2.095,83

Unidade: Euros

11 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 146.429,11 euros, diz respeito ao valor das amortizações efetuadas.

12 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Cientes
Saldo inicial a 01-01-2016	405.756,80
Reversão	-29.604,12
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	8.679,50
Saldo final a 31-12-2016	384.832,18

A reversão teve origem nos acordos e recebimentos alcançados, enquanto que a imparidade resulta do risco de incobrabilidade identificado sobre um cliente.

27. N
BS

13 – Rédito

No ano de 2016, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.437.545 euros.

Neste valor estão incluídos 505.252 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 241.775 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2016, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

14 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2016, beneficiou da transferência de subsídios no montante de 8.821 euros provenientes do acordo assinado entre a Comissão Europeia e GISIG – *Geographical Information Systems International Group Associazione*, para o projeto "Open geo-data for innovative services and user applications towards Smart Cities". No entanto, para 2016 reconheceu-se o montante de 14.287,83 euros, atendendo ao grau de realização.

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

ANOS	MONTANTE	Matéria Coletável utilizada ou perdida			Saldo por utilizar
		2014	2015	2016	
2013	1.209.521,53	0,00	0,00	563,86	1.208.957,68
2014	44.355,02	0,00	0,00	0,00	44.355,02
2015	97.982,50	0,00	0,00	0,00	97.982,50
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.351.859,05	0,00	0,00	563,86	1.351.295,19

Unidade: Euros

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2013	681.314,90
2016	-563,86
TOTAL	680.751,05

Unidade: Euros

Descrição	Montante
Impostos diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis	142.957,72
Impostos diferidos utilizados no período de 2016, referente a exercícios anteriores relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis	-563,86
Tributações autónomas de 2016	14.105,81
PEC perdidos no final de 2016	7.303,64
Prejuízos fiscais perdidos no final de 2016	0,00
Derrama	12,08
Coleta	41,08
Imposto do exercício	14.277,38

Unidade: Euros

PEC - Pagamento Especial por Conta por utilizar

ANOS	MONTANTE
2016	7.426,70
2015	6.287,84
2013	70,94

Unidade: Euros

Existem 1.351.295,019 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis nos próximos períodos, sendo que destes apenas estão considerados para base de cálculo de impostos diferidos 680.751,05 euros, a que corresponde de Impostos

diferidos acumulados para próximos exercícios relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 142.957,72 euros. Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 13.785,48, tendo-se perdido 7.303,64 euros, não incluídos no valor referido.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2016:

- Um dólar americano (USD) = 0,94901 euros;
- Um metical (MZN) = 0,01323 euros.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa em 31 de dezembro de 2016, foi de 33 pessoas.

Em 31.12.2016, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Municípa, pelo valor mensal de 1.500 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2016 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016
Regra do Equilíbrio de Contas	17.061	57.498	63.102	0	131.923	0	-2.669	0

Unidade: Euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas nem que exista Imparidade de ativos, para além dos relatados nas demonstrações financeiras

Oeiras, 30 de janeiro de 2017

O Técnico Oficial de Contas:

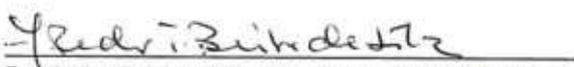
CL. 61.236

Pedro Jorge C.T. Nunes
Dr. Pedro Nunes

O Conselho de Administração,


Dr. Fernando do Nascimento Trigo – Presidente


Arq. José Alberto de Castro Cardoso – Administrador


Dr. João Pedro Brito da Silva – Administrador

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL E CLC**



Relatório e parecer do fiscal único

de

MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2 – Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa durante 2016 e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2016.

4 – Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 – Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2016 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

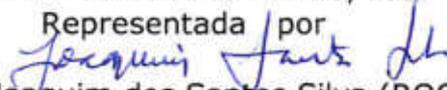
- O relatório de gestão e contas de 2016.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 4 387 457 euros e um total de capital próprio de 3 326 945 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 7 837 euros, as Demonstrações de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA**, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos,

e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

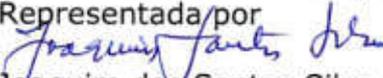
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2017

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por



Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383